

A INSTRUÇÃO PÚBLICA PARAENSE NO SÉCULO XIX: BREVE PERCURSO HISTÓRICO

Ana Maria Leite Lobato | leao.jr@uol.com.br

INTRODUÇÃO

No Pará, após a fundação de Belém em 1616, várias congregações religiosas vieram para fazer o trabalho de catequização, esta colônia do Brasil teve a sua primeira fase de instrução aos cuidados dos frades Carmelitas, dos capuchos mercenários, dos jesuítas, dos religiosos da Conceição da Beira e Minho, e, dos da Piedade. Os religiosos dessas congregações ministraram a educação e o ensino em Belém, onde criaram as primeiras escolas primárias, pautada em Deus e nos rudimentares preceitos da moral religiosa e social.

Até o século XVIII, a influência religiosa na educação paraense foi predominante, o ensino primário ainda era escasso e sofreu o primeiro golpe: o aviso de 5 de fevereiro 1758, o qual ordenou o retorno à metrópole dos religiosos da piedade e o de 12 de abril ordenou que os religiosos da Beira e Minho se recolhessem no Maranhão. Como complemento dessas ordens veio a lei do célebre ministro Marquês de Pombal, de 3 de setembro de 1759, a qual expulsou de Portugal e de seus domínios os jesuítas, com isso ficaram desertos os conventos de S. Boaventura, S. José e Santo Alexandre e o ensino teve severas consequências.

No final do referido século, o ensino primário vivia um momento crítico, mas tiveram alguns avanços, o que marcou esse momento na instrução pública no Pará, foi a presença de Frei Caetano e as reformas feitas pelo governador Francisco Souza Coutinho. O destaque foram as ações de Frei Caetano, que, sensibilizado com o estado de abandono da população, sem recursos, inclusive os higiênicos e com precária instrução pública, fundou um asilo, o qual abrigou meninas indígenas e possibilitou o acesso à instrução. Outro marco foi o aviso de 15 de abril de 1799: o então governador Francisco de Souza Coutinho no mesmo ano regulamentou o ensino público e o ensino em Belém passou a ter duas escolas primárias e três de humanidades; no interior, treze escolas elementares. Mesmo assim, o ensino continuava precário, com carência de professores qualificados para o ensino e falta de materiais de toda ordem. Além disso, essas escolas não davam conta de cobrir a carência deixada pelas escolas que ficaram sem os ensinamentos dos religiosos.

A influência religiosa na educação paraense foi marcante durante o século XIX, tanto o estado, como a igreja fizeram esforços para que a Instrução Pública tivesse avanços, com criação de escolas, de asilos e da escola normal. Na segunda metade desse século, a Instrução Pública foi alvo de interesse por parte da igreja católica, evangélicos, conservadores e liberais; isso foi se configurando numa disputa entre o estado e a igreja, momento que entrou em cena a discussão sobre a modernização do ensino e os embates sobre a laicidade deste. É disso que trata este texto, apresenta um breve percurso histórico das ações do estado, da igreja e os embates em torno da gerência do ensino no Pará, no período que antecedeu a República.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PARÁ DURANTE O SÉCULO XIX.

O bispo Dom Manoel de Almeida Carvalho inaugurou com recursos de esmolas em 10 de junho de 1804 um recolhimento para meninas, em uma casa com aluguel pertencente ao Seminário eclesiástico, que ficou conhecido como “Recolhimento as Educandas”,⁹¹ este deu origem ao Colégio de Nossa Senhora do Amparo, que recebeu seu 1º auxílio do governo através de D. Pedro, em 1824. Em 1839, não havia mais nenhuma índia, algumas casaram e outras faleceram. Suas vagas foram substituídas por meninas órfãs e desamparadas, juntamente com as pensionistas que contribuía com um valor simbólico anual para sua instrução e subsistência (VIANNA, 1987).

O Colégio do Amparo teve o propósito de educar as meninas órfãs e desvalidas, atendeu também, aos anseios defendidos pelo estado, em matéria de instrução pública tornou-se um agente social, ao mesmo tempo foi um colégio assistencialista e religioso, sob a proteção da Igreja Católica. Assim correspondia a uma necessidade tanto social, quanto moral da elite paraense, principalmente dando assistência às órfãs e desvalidas, moralizando-as, higienizando, disciplinando-as para a vida em sociedade e para constituírem uma família (SABINO, 2012). Com o passar dos anos, pouco fora feito por essa instituição, após décadas de sua criação, ainda passava por problemas de toda ordem. Sobre o Colégio do Amparo,⁹² Veríssimo (1891) em seu relatório disse o seguinte:

Podia ser uma instituição de que o Pará houvesse de orgulhar-se, e si eu

91 Funcionava na Rua do Açougue, depois o nome da via mudou para Rua da Indústria e atualmente é a Gaspar Viana.

92 Com o passar do tempo sofreu várias modificações, tornou-se uma instituição de ensino privado e atualmente é o Colégio Gentil Bittencourt, renomado colégio de freiras, ainda hoje frequentado pela elite paraense.

XIV ECHE – ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
IV ENHIME – ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO
FORTALEZA – CE | 17 a 19 de Setembro de 2015 | ISSN XXXX XXXX

fosse dos que se contentam com o nome e não indaga até que ponto as instituições servem ao seu destino, não hesitaria em dizer que não sei si há no Brasil, ao menos nos Estados, uma semelhante: um estabelecimento que gratuitamente asyla, instrue e educa, dotando mesmo algumas, mais de duzentas órfãs indigentes. É sem duvida bello e glorioso para nós. Mas quão longe está aparência da realidade! [...] mas não instrue, nem sobretudo as educa. Não seria exagero dizer que em rigor limita-se a hospedar-as. (VERÍSSIMO, 1891, p. 168-169).

Na primeira metade do século XIX, o estado do Pará fez alguns esforços a favor da instrução pública, em 4 de fevereiro instituiu uma escola de práticos das costas do Pará. O conde Villa-Flôr, governador na época, esteve presente na abertura das aulas, em 20 de novembro de 1818 do seminário episcopal, mas os pais pouco interesse demonstraram em investir na instrução de seus filhos (VERÍSSIMO, 1891).

Com a proclamação da independência, a conhecida Adesão do Pará, assinada em 15 de agosto de 1823 à independência do Brasil, ocorreu numa época em que o país estava dividido em duas Capitanias: A província do Grão Pará e Maranhão, e a Província do Brasil. Os dois territórios faziam parte da colônia Portuguesa, mas a comunicação entre eles era mínima, o Pará se reportava diretamente a Portugal e pouco contato tinha com o resto do país. Por outro lado, começaram os tumultos políticos, suscitando uma agitação, conflito entre os partidos, que anos depois culminou na cabanagem, em 1835. Nesse clima, em 1832 a instrução pública vegetava. A capital contava com seis escolas primárias, sendo que somente duas funcionavam, o restante estava parado por falta de professor; no interior, das vinte e cinco escolas espalhadas, onze funcionavam e o restante, quatorze, estavam abandonadas, pelo mesmo motivo: falta de professores (VIANNA, 1987).

Por volta de 1830, o estado vivia um cenário de extrema pobreza, começaram os conflitos, a irrelevância política era motivo de insatisfação, muitos líderes da elite fazendeira se ressentiam da falta de participação na política do governo e havia uma mobilização para expulsar as forças reacionárias que desejavam manter a região como colônia portuguesa. Para Domingos Antonio Raiol,⁹³ ou o Barão de Guajará (1970), citado por Ricci⁹⁴ (2006), a cabanagem foi um levante de caráter regional, que devia ser compreendido dentro dos ditames

93 Para seu primeiro autor (1ª edição 1865-1891), Domingos Antonio Raiol, ou o Barão de Guajará, este movimento era sinônimo de motim político. Eram levantes sucessivos que, nascidos nas fileiras “sediciosas” do governo carioca e Imperial pós-1831, migraram rapidamente para as capitais das novas províncias, ateando fogo no que este autor sugestivamente chamou da “relva ressequida” da Amazônia. De fato, o longo e exaustivo estudo de Raiol procurava justificar a Cabanagem numa mistura entre a omissão inicial das autoridades Imperiais na Amazônia e seu pulso firme na repressão ao movimento de 1835 (RICCI, 2006, p. 8).

94 Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará.

da formação da justiça e da organização social e política Imperial. Para Magda Ricci (RICCI, 2006, p. 5-7):

A Cabanagem foi uma revolução social que dizimou a população amazônica e abarcou um território muito amplo. Contrastando com este cenário amplo e internacional, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. A revolução social dos cabanos⁹⁵ que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. [...] No entanto, os cabanos e suas lideranças vislumbravam outras perspectivas políticas e sociais. Eles se autodenominavam “patriotas”, mas ser patriota não era necessariamente sinônimo de ser brasileiro. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades.

Após o conflito da cabanagem, o governo do estado do Pará voltou-se para a instrução pública – foi um período de reformas – e criou uma legislação, que regulamentou a instrução primária e secundária, além da criação de escolas públicas, tanto na capital, como no interior, buscou com isso abranger a grande parte da população na vasta área geográfica do Pará. Na capital, uma das ações do governo foi determinar a edificação do Liceu, através da “lei nº 97, de 28 de junho de 1841, assim foi criado o Liceu Paraense e regulamentada a instrução primária e secundária na Província.” (FRANÇA, 1997, p. 121).

Passados dez anos dessa regulamentação, o ensino primário ainda padecia de atenção por parte do estado do Pará, além disso, as leis instituídas, as alternativas e ações até então tomadas, não mudaram a precariedade do ensino, continuavam os velhos problemas, a inexistência de professores qualificados e com comprovado saber, moralidade, assim como também os meios incipientes de prepará-los. Sem contar que, o interesse político era a tona, as disputas políticas, os apadrinhamentos, ao invés da superação dos problemas, dentre eles, as condições de trabalho. Com um discurso que se eximia sobre a responsabilidade dos problemas da instrução pública, transferindo parte deles aos professores, o Presidente da Província do Pará, Dr. Fausto Augusto d’Aguiar (1851), ao relatar a Assembleia Legislativa sobre o desempenho da instrução primária, afirmou o seguinte:

95 Cabanos era o termo utilizado como alcunha dos homens que viviam em casas simples, cobertas de palha. O mesmo nome cabano também significa um tipo de chapéu de palha comum entre o povo mais humilde na Amazônia.

O estado lamentável, em que a instrução pública se acha em toda a Província, merece a vossa mais seria e particular atenção. [...] Consultando-se os mapas vê-se, que 45 escolas de instrução primária têm sido creadas, sendo 40 para meninos, e 5 para meninas: – mas como são elas regidas? Que número de alunos as frequenta? Qual o grau de seu aproveitamento? [...] entrando-se neste exame o resultado é desanimador. As escolas se acham, com mui poucas exceções confiadas a professoras, aos quais falecem todas as condições de capacidade, ou que tendo abraçado o magistério, não por vocação, mas unicamente como um meio de vida, não zelam, como devem, a educação de seus discípulos, limitando-se, no exercício de suas funções, a satisfazer as exigências, a que se não podem absolutamente subtrair. Acresce, que a essas escolas falta direção, e efetiva fiscalização sobre a sua disciplina e regime. O método e a prática do ensino, partes tão importantes em matéria de instrução elementar, ficam inteiramente dependentes da vontade e escolha de professores sem inteligência, nem dedicação. (D'AGUIAR, 1851, p. 44-45).

Por outro lado, não se pode negar o trabalho que os religiosos vinham fazendo e nem que muito do ensino tradicional fora obra deles. O estado acabara de sair de um momento devastador e apresentava dificuldades de ordem política, social e de professores com qualificação para assumir tal função. Assim, teve de recorrer aos párocos, como professores interinos, porque o magistério não tinha atrativos remunerativos para os cidadãos assumirem essa profissão. Assim, o ensino foi confiado aos vigários, que não tinham uma dedicação extrema devido às funções religiosas. Isso não passou despercebido no relatório de Gonçalves Dias em 1852, o qual detectou que muitas cadeiras eram regidas por sacerdotes que nem tinham o devido saber. Aproveitando tal constatação, o Governo Imperial passou a restringir tais nomeações, uma forma de pôr limites à atuação do clero na instrução pública na tentativa do estado assumir o controle da educação (RIZZINI, 2006).

O problema referente à falta de professores continuava, além disso, o Presidente da Província Francisco Carlos de Araújo Brusque (1861) também responsabilizava os professores pela falta de compromisso e vocação com a profissão, professando dentre tantas acusações, a que “o magistério na instrução primária não é ainda uma profissão, é um meio de vida; não é um sacerdócio, é um simples emprego, para o qual se entra de ordinário sem a arte da escola, sem a ciência do ensino, [...] instituidores sem consciência do seu dever”. (BRUSQUE, 1861, p. 20). Para o Presidente da Província do Pará, a instrução pública carecia de mestres com formação e para tal era necessário instituir uma escola normal sob orientação da Ciência e Pedagogia para lograr bons resultados.

Com tudo isso, na metade do século XIX, ainda haviam outras preocupações, por parte dos poderes locais, como: o temor do ressurgimento dos conflitos da cabanagem. De forma

que, a presença dos religiosos nas povoações na Amazônia, juntamente com a presença militar se fazia necessária. Essa conjunção de força controlaria os movimentos, que por acaso emergissem dos herdeiros da cabanagem. Nesse cenário, a catequese realizada pelos religiosos deveria acontecer articulada com a educação, pois esse processo deveria favorecer o catolicismo popular, a formação do cidadão e, principalmente, a civilidade dos indígenas.

A instrução elementar e religiosa configurou-se em ação civilizadora, na qual esse “controle era feito, inclusive, em nome de uma proposta de modernidade muito enfatizada pelos intelectuais da época (não apenas católicos), isto é, a fazer o Brasil se integrar nos concertos das nações civilizadas.” (MAUÉS, 1998, p. 140). Agora, o que favoreceu à educação religiosa e as ações da igreja em prol da instrução pública, foram os religiosos que assumiram os cargos administrativos, muitos foram professores públicos, deputados provinciais, ocupavam cargos de destaque na Assembleia Provincial, mas a historiografia regional pouco se ocupa disso, como foi o caso de Padre Mâncio Ribeiro.⁹⁶

Com efeito, uma das figuras mais interessantes da política e da Igreja Católica paraense na passagem do século, justamente quando se desenvolviam os processos da abolição da escravatura, proclamação da república, Constituição de 1891 e consolidação da chamada República Velha, foi o Padre (depois Cônego, depois Monsenhor) Doutor (ele assim fazia questão de ser chamado) Mâncio Caetano Ribeiro. Não se trata porém de figura muito conhecida. Seu nome não é sequer mencionado nos livros mais comuns da história paraense ou amazônica. (MAUÉS, 1998, p. 141).

Os religiosos católicos tinham especial interesse na instrução pública, pois através dela poderia ser garantido o ensino religioso, o catecismo na perspectiva de formação moral e cristã realizada por religiosos, ou seja, o clero. O ensino religioso era combatido pelos liberais, que questionavam a presença do clero no magistério. Porém, a partir de 1860, a disputa entre os poderes pela instrução pública começou a ficar mais evidente, a educação foi objeto de interesse por parte da igreja, dos missionários (evangélicos), dos conservadores e dos liberais, todos professavam em seus discursos e relatórios a necessidade de uma escola de

96 O padre Dr. Mâncio Caetano Ribeiro nasceu em Bragança, no interior do Pará, provavelmente ainda na metade do século XIX, pertencente a família influente, ligada ao Partido Conservador. Era irmão do engenheiro Boaventura Caetano Ribeiro e do bacharel em direito Thomaz de Paula Ribeiro. Foi mandado para educar-se na Europa. Depois retornou ao Pará, já como sacerdote, ostentando o título de doutor. Foi vigário em Vigia durante 14 anos, deputado provincial em 1882 a 1885, não conseguiu ser reeleito. Teve em atrito com os conservadores em decorrência da Questão Religiosa, devido suas convicções políticas e religiosas também teve conflito com os liberais. Fundou o Partido católico na Vigia, teve que fazer aliança com os conservadores para se eleger. Em 1887 estabeleceu-se em Belém do Pará, onde continuou a dedicar-se a política e a vida religiosa, nesse mesmo ano foi nomeado diretor da Instrução Pública e redator do jornal conservador Diário do Gram-Pará. Para saber mais, ler Maués (1998) e Bruneau (1974).

formação para a preparação dos professores primários.

Assim, a instrução pública no Pará tornou-se alvo de disputa entre o estado e a igreja, isso envolveu religiosos, políticos, professores e jornalistas. Entretanto, pouco fora feita quanto à formação dos professores, a Portaria de 01 de março de 1864, a qual instituiu o Regulamento da Instrução Primária e Secundária, proclamava dentre outras coisas, as condições exigidas para o magistério público e determinava que só poderia assumir o magistério “o cidadão brasileiro maior de 21 anos, possuidor de capacidade intelectual, física e moral e que professasse a religião do Estado”.⁹⁷ Somente na década seguinte, quase meio século da proclamação da independência, a Assembleia Provincial autorizou o presidente Machado Portella a criar a Escola Normal, com a lei n. 669 de 13 de abril de 1871. No ano seguinte, em 1872 foi convertida em um curso anexo ao Liceu Paraense, funcionou de forma precária e irregular até o final do período imperial, carente de professores preparados realmente à instrução pública.⁹⁸ Entretanto, apesar dos problemas, o estado adotou algumas providências, a Instrução Pública ganhou outro desenho, foram feitas as reformas, o professorado cresceu nas províncias com a criação da escola normal em Belém e isso foi um avanço (VIANNA, 1987).

A Igreja no Pará não ficou à parte da disputa pela educação da população, o bispo Dom Macedo e seu clero buscaram outras vias, como a implantação de instituições educativas, favorecido pela influência junto à Assembleia Legislativa. Ainda hoje em Belém, as escolas mais conceituadas e tradicionais são herdeiras dessa época.⁹⁹ Além disso, D. Macedo, desde sua chegada ao Pará (1861), buscou unir o episcopado visando um novo modelo de igreja no Brasil, investiu nos seminários, enviou rapazes para os seminários na Europa para atuarem depois na formação dos seminaristas em Belém (e Manaus); fundou uma biblioteca eclesiástica no palácio episcopal aberta ao público com mais de 700 volumes, escreveu artigos, publicou livros, criou asilo para órfãos e um instituto de ensino profissional para meninos indígenas e desvalidos (COSTA, 1871). O bispo defendia que a instrução intelectual e religiosa, somada ao valor do trabalho, poderia tirar a população do interior da Amazônia do estado de degradação, para isso era fundamental um projeto educativo destinado aos indígenas, órfãos e meninos pobres da região:

97 Cf. Portaria de 1 de março de 1864, p. 6 (VIANNA, 1987).

98 Sobre o assunto vê o Relatório apresentado pelo Exmo. Sr. Barão da Vila da barra, em 5 de novembro de 1872, p. 19-20.

99 Como o Colégio Nazaré, que tem uma seleção para o ingresso rigorosíssima, custos elevados, frequentados pela elite e dificilmente esses alunos ficam de fora das Universidades Públicas.

[...] Vergonha aos que têm inspirado aos poderes publicos de meu paiz a descrença no elemento indígena, isto é, a descrença na massa da gente operária do valle do Amazonas e pode-se dizer, de todo o interior do Brazil, que toda provém, mais ou menos, desse tronco tão desprezado. [...] Que é de tantas e tão numerosas tribus, mencionadas em nossos roteiros e historias, e que ainda ha bem poucos annos existiam? Acabou-se, exterminou-as o desprezo criminoso em que a deixámos. Assim sumir-se-hão e desaparecerão as que ainda restam. Ah! dar-se-ha caso que o nosso ideal seja o dos Estados-Unidos -, levantar o edificio da prosperidade nacional sobre a sepultura de uma raça? (COSTA, 1883, p. 28-29).

Dom Macedo publicou textos defendendo a instrução elementar, a catequese, distribuiu bíblias nas escolas, teve toda uma agenda de visitas no interior e combateu com medidas enérgicas a missão protestante. Foi defensor do ensino religioso e se empenhou pessoalmente em expandir a instrução pública e religiosa para toda a população. Durante a década de 1880, retomou as propostas à Instrução Pública juntamente com outros clérigos, dentre eles o cônego José Lourenço da Costa Aguiar e o padre Mâncio Caetano Ribeiro, os quais na referida década fizeram parte da comissão de instrução pública na Assembleia Provincial, participaram dos debates da reforma da instrução pública n.º1.547 de 1883, sob a presidência do Cônego Manoel José de Siqueira Mendes, chefe do partido de conservador, onde fora aprovado o polêmico artigo 42: “ahi [nas escolas] nada se ensina contra a religião”.¹⁰⁰ Esse artigo garantia a livre iniciativa na abertura de escolas e garantiu pelo menos nesse período a exclusividade da religião oficial. Ato que não ficou sem resposta. O jornal o Liberal do Pará, publicou um artigo condenando o projeto devido ao “espírito malévolo do clericalismo” e da comissão de instrução pública da Assembleia Provincial.¹⁰¹

Dom Macedo lutou pela manutenção do ensino religioso nas décadas de 1870 e 1880 na região amazônica, os religiosos que participavam da Assembleia Provincial do estado do Pará fizeram esforços em manter a religião católica na instrução pública, porém havia o temor da organização das escolas neutras, que acabaram por se concretizar com a República. Mas, os religiosos articulados à Diocese continuaram reagindo aos ataques dos liberais e, nas décadas seguintes, ocorreram fortes embates pelos grupos urbanos alinhados ao Estado Republicano, à Igreja, aos liberais e aos conservadores, em que esteve em voga a secularização, o poder religioso, o poder civil, ensino religioso e ensino laico.

100 A Constituição edições de 11/06/1885, 27/07/1883, Assembleia Provincial do Pará, sessões de 03/04/1883, 11/04/1883 e 12/04/1883.

101 O Liberal do Pará, 30 março de 1883.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Instrução Pública no do Pará desde sua fundação esteve a cargo das congregações religiosas, isso perdurou por todo o século XVII e XVIII. Na segunda metade do século XVIII, a presença de Frei Caetano foi um marco na educação paraense, proporcionando o acesso à instrução a população indígena. Também nessa época, o então governador Francisco de Souza Coutinho criou duas escolas primárias em Belém. Entretanto, essas pequenas ações, não deram conta de resolver os problemas que existiam, como o ensino precário, carência de professores e a falta de estrutura, em decorrência da falta das escolas religiosas e dos religiosos que ministravam o ensino, antes da Lei de 1759 de Marques de Pombal.

Os problemas que a Instrução Pública enfrentou no final do século XVIII tiveram desdobramentos no século XIX, em pelo menos dois aspectos: primeiro, os conflitos políticos ganharam força, o estado lutava por autonomia e os paraenses não aceitavam governadores estranhos ao Pará, mais o conflito entre os partidos políticos, favoreceram o surgimento do movimento da cabanagem. Assim, na primeira metade do século XIX, a instrução pública não foi a prioridade e continuaram os problemas decorrentes do século XVIII. Segundo, mesmo com todos os problemas que a educação paraense viveu durante o século XIX, a educação teve avanços e foi nesse século que se configurou a disputa pela Instrução Pública, por parte do estado e da igreja, essa disputa vinha ocorrendo desde o século anterior, mas ganhou força naquele momento, porque surgiram novas questões com a modernidade. A ação civilizadora, com bases na proposta de modernidade ganhou defesa com a chegada de Dom Macedo (1861) e também foi enfatizado pelos políticos e intelectuais da época, cada um defendendo a modernidade de acordo com seus princípios, estes viam na Instrução Pública um viés à ação civilizadora e um campo para a concretização de seus interesses políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. **Relatório apresentado na segunda sessão da XII legislatura à Assembleia Provincial da Província do Pará em 17 de agosto de 1861**, p. 20. Belém: Typ. do Diário do Gram Pará, 1861.

COSTA, Antonio de Macedo. **A Amazônia**: meio de desenvolver sua civilização (Conferência de 21 de Março de 1883). Belém: Typ. do Livro do Comércio, 1883, p. 28-29.

COSTA, Antonio de Macedo. **Discurso pronunciado pelo Excellentíssimo Senhor D. Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, na solenne Inauguração da Bibliotheca Publica fundada na mesma Província no dia 25 de março de 1871.** Belém: Typ. do “Diario do Gram-Pará”, 1871. 16 p. Ed. fac-similada da Academia Paraense de Letras, [1978].

D’AGUIAR, Fausto. **Relatório do Presidente da Província do Gram-Pará, o Exmo. Sr. Dr Fausto d’Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assembleia Provincial no dia 15 de agosto de 1851.** Belém: Typ. Santos & Filho, 1851. p. 44-45.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Sousa Avelino de. **Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense.** 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1997.

MAUÉS, Raymundo Herald. As atribuições de um doutor eclesiástico na Amazônia na passagem do século XIX ou como a política mexe com a igreja católica. *In:* MARIN, Rosa Acevedo (Org.). **A escrita da história paraense.** Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 140-141.

PARÁ. Lei nº. 97, de 28 de junho de 1841. **Diário Oficial do Estado do Pará,** Belém, 28 jun. 1841.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo,** Rio de Janeiro, v. 22, p.5-7, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

RIZZINI, Irma. **O imaginário divino e o amor da pátria: tensões entre a igreja e a instrução pública nas províncias amazônicas.** 2006. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n2/numero2-irmarizzini.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

SABINO, Elianne Barreto. **A assistência e a educação de meninas desvalidas no Colégio Nossa Senhora do Amparo na Província do Grão-Pará (1860-1889).** 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VIANNA, Arthur. Esboço retrospectivo da Instrução Pública no Pará. *In:* A EDUCAÇÃO no Pará: documentário. Belém: Secretaria do Estado de Educação do Estado do Pará, 1987.

VERÍSSIMO, José. **A Instrução Pública do Estado do Pará: Relatório de 1890.** Belém: Typ. De Tavares Cardoso e Comp., 1891, p. 167-168.